



PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE ASSOCIAÇÃO SÓCIO-PROFISSIONAL MARÍTIMA – A.S.P.P.M. E A UNIVERSIDADE LUSÓFONA DO PORTO

A ASSOCIAÇÃO SÓCIO-PROFISSIONAL MARÍTIMA – A.S.P.P.M., com sede na Av de Ceuta Norte, Lote 14, loja 1, 1350-410 Lisboa, titular do cartão de identificação de Pessoa Colectiva n.º 502 628 995, neste acto representada pelos seus Directores, com poderes para o acto JORGE HUMBERTO VELOSO LOPES e EDUARDO PEDRO BATISTA SEGURA, na qualidade de Presidente da Direcção Nacional e Tesoureiro, respectivamente, de ora em diante designado **ASSPM**.

e

A UNIVERSIDADE LUSÓFONA DO PORTO, através da respectiva entidade titular, a **COFAC - COOPERATIVA DE FORMAÇÃO E ANIMAÇÃO CULTURAL**, Crl., adiante designada abreviadamente por COFAC, com sede no Campo Grande, número trezentos e setenta e seis, em Lisboa, titular do cartão de identificação de Pessoa Colectiva n.º 501679529 (quinhentos e um milhões seiscentos e setenta e nove mil quinhentos e vinte e nove), registada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o número quatrocentos e setenta e um, aqui representada pelo **Prof. Doutor Manuel de Almeida Damásio, Presidente da Direcção**, e pelo **Prof. Doutor Fernando dos Santos Neves, Magnífico Reitor da ULPorto**,

Prosseguindo o objectivo de proporcionar aos colaboradores e associados da A.S.P.P.M. e respectivos familiares oportunidades diversificadas de preparação técnico-profissional de nível superior, a A.S.P.P.M. e a ULPorto acordam pelo presente Protocolo prestar-se mútua colaboração, nos termos das cláusulas seguintes:



Cláusula 1ª

(Concessão de Benefício)

A ULPorto concede aos colaboradores e associados da A.S.P.P.M., aos seus cônjuges e filhos uma redução de 50% na taxa de inscrição e de 25% do valor da propina mensal relativa aos Cursos de 1º Ciclo (Licenciaturas) e 2º Ciclos (Mestrados), ministrados na Universidade Lusófona do Porto.

Cláusula 2ª

(Condições de atribuição do benefício)

1. O desconto previsto na cláusula anterior não tem aplicação a quaisquer outros pagamentos que aos alunos do aludido estabelecimento de ensino sejam exigíveis, nomeadamente, matrículas anuais, inscrições em cadeiras atrasadas, exames em segunda época e revisões de provas.
2. O desconto não será concedido em caso de perda de ano por falta de aproveitamento ou acumulação de faltas a aulas.
3. Verificando-se a situação prevista no parágrafo anterior, o desconto será novamente concedido após trânsito de ano curricular.

Cláusula 3ª

(Requisitos para atribuição de benefício)

1. Para acederem ao desconto previsto na cláusula 1ª, os colaboradores devem fazer prova da sua elegibilidade, através de declaração emitida pelos serviços da A.S.P.P.M., a entregar no estabelecimento de ensino no momento da matrícula no curso e novamente no acto de cada inscrição.
2. Os cônjuges e os filhos devem apresentar idêntica declaração com referência ao familiar que lhes permite usufruir da redução.
3. Sem prejuízo do disposto no parágrafo primeiro, os beneficiários têm sete dias, a contar da data da matrícula ou inscrição, para deduzir o pedido de redução de propinas, em requerimento autónomo e acompanhado da referida declaração.
4. Os casos não previstos no presente Protocolo serão resolvidos subsidiariamente de acordo com o disposto no Regulamento de Acção Social a vigorar nos Estabelecimentos de Ensino que integram o "Grupo Lusófona" (Portugal).

Cláusula 4ª

(Proibição de acumulação de benefícios)

O benefício concedido aos destinatários do presente Protocolo fica sempre precludido em caso de fruição de benefício concedido por outra entidade, pública ou privada.

Cláusula 5ª

(Divulgação)

Para prossecução dos objectivos enunciados a A.S.P.P.M. compromete-se a divulgar amplamente, junto dos seus colaboradores e associados, as condições expressas no presente acordo.

Cláusula 6ª

(Vigência)

1. O presente Protocolo produzirá os seus efeitos a partir desta data e durante o presente ano lectivo, podendo ser revisto, por acordo das partes, em anos lectivos subsequentes.
2. O presente Protocolo considera-se sucessivamente renovado por ano lectivo, caso não seja denunciado por qualquer dos Outorgantes com a antecedência mínima de um mês.
3. A denúncia deverá ser feita por escrito, produzindo os seus efeitos no final do ano lectivo em curso à data da mesma.
4. Para efeitos do presente protocolo, o ano lectivo inicia-se no dia 1 de Setembro e termina no dia 31 Agosto.

Cláusula 7ª

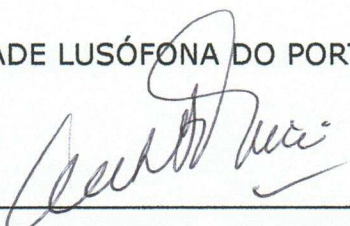
(Foro)

Ambos os outorgantes aceitam a arbitragem como forma de composição de qualquer litígio resultante do incumprimento do acima acordado, sendo competente para realização da arbitragem o Centro de Arbitragens

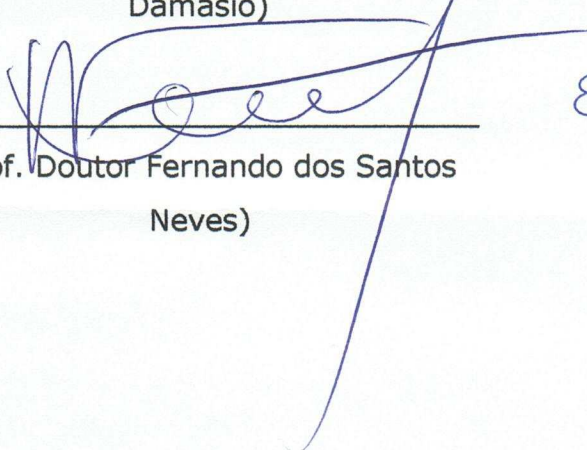
Voluntárias da Ordem dos Advogados, com sede no Largo de S. Domingos,
14, Lisboa.

Porto, 9 de Junho de 2009.

UNIVERSIDADE LUSÓFONA DO PORTO



(Prof. Doutor Manuel de Almeida
Damásio)



(Prof. Doutor Fernando dos Santos
Neves)

ASSOCIAÇÃO SÓCIO-PROFISSIONAL
POLÍCIA MARÍTIMA



Jorge Humberto Veloso Lopes

Presidente da DN



Eduardo Pedro Batista Segura
Tesoureiro